

Os dilemas do Legislativo

Florêstan Fernandes

A discussão linear sobre presidencialismo contra o parlamentarismo incorre em vários equívocos. Ela não leva em conta as raízes da distorção do regime republicano. Basta comparar-se a deformação da "monarquia constitucional" com a do "presidencialismo imperial" para atinar-se com as causas da distorção: um Estado escravista jamais poderia ser democrático, a não ser para os senhores de escravos. Uma república plutocrática, por sua vez, não pode ser "democrática" a não ser para os de cima, sem sentido lato, embora o poder político estatal tenda a concentrar-se no topo restrito, de modo mais rígido que nas esferas econômicas, sociais e culturais. A Constituição de 1988 cria certas condições políticas e institucionais para diluir progressivamente a rigidez da extrema concentração do poder especificamente político e do poder estatal. Mas as medidas prescritas são insuficientes. Os sociólogos sempre indagam dos requisitos objetivos da democratização do poder e do Estado. Os constituintes não puderam avançar o quanto seria necessário para criar tais requisitos; progrediram muito pouco nessa direção, em virtude da hegemonia conservadora e reacionária no Congresso constituinte. Portanto, a sociedade civil se alterou substantivamente nas últimas quatro décadas. Porém, tais alterações não caíram na órbita da *Carta magna* e continuamos brecados pelo emperramento "conservador" e à espera de uma revolução social. Os constituintes, em sua maioria, preferiram servir ao diabo: o caldeirão ferve cada vez mais e a burguesia reacionária (diga-se: nem toda a burguesia) coloca suas esperanças não na democracia nem no equilíbrio de poderes, mas em um regime de exceção, que deite água na fervura e aquiete a sociedade civil, amordando os setores mais rebeldes, reivindicativos e agressivos. O que pressupõe, literalmente, que a democracia é um caso de polícia.

De outro lado, o Legislativo revela pouco apetite para ser um poder autônomo e determinante. Sem uma revolução democrática, a mentalidade de uma larga porção dos políticos profissionais é moldada pelo mandonismo e o autoritarismo tradicional, que ele implica, o clientelismo e o paternalismo. A votação do orçamento demonstra isso às claras: Executivo e Legislativo, por suas cúpulas e pela ação oficial dos partidos da ordem, pretendiam a mesma coisa — um arranjo mutuamente satisfatório. A oposição fez o que estava ao seu alcance para impedir semelhante tráfico de poder. Contudo, ela conseguiu muito pouco, uma economia de tostões. Mesmo figuras ilibadas revelaram facetas desconhecidas pelos novos parlamentares, abismados com a dupla personalidade que coabita a pessoa de muitos políticos profissionais, tidos como exemplares até essa votação... Na verdade, o que acontecia era simples: o mandonismo, o clientelismo, o paternalismo compreendem componentes que não deixam alternativas. Primeiro, a dominação de classe direta, sem a mediação do partido, concede uma margem restrita de liberdade ao político profissional composto com a ordem. Ele se converte em um elo entre a situação de interesses da classe a que pertence ou à qual serve e o governo. Por aí, qualquer que seja a constituição e as prerrogativas teóricas do Legislativo, ele é um animal político domesticado. Não serve a *polis*, serve a si próprio, à classe e ao governo. O desdobramento desse teorema não requer explicações. O político profissional que aspira a manter-se na carreira faz o jogo do clientelismo e da fisiologia. Ele não possui escolha ou, antes, a escolha seria cara e incerta: envolveria uma ruptura com a ordem existente, para chegar, depois, ao rompimento com o presidencialismo autoritário e deformado.

De fato, a formação de partidos fortes, organizados e com programas constitui uma exigência para alterar-se esse quadro, dentro do presidencialismo ou

para passar-se deste para o parlamentarismo. No entanto, a questão não é tão simples. Os partidos dessa espécie não são partidos por sociedades civis que não são civilizadas e cujas classes dominantes, a partir de suas elites políticas, repelem uma cultura cívica. Já existem condições históricas objetivas para o desenvolvimento de tais partidos. Os de cima, não obstante, nem querem ouvir falar disso! Eles sabem o que perderiam e, mesmo quando se proclamam parlamentaristas, raramente se portam de maneira coerente nesse assunto. As principais figuras entre os dissidentes do PFL atestam esse fato. Entregam-se às "negociações políticas" pelo alto, paragens nas quais o poder especificamente político e poder político estatal ficam diretamente ao alcance das mãos. Ignoram ou subestimam a transformação primordial, que consiste na reorganização da sociedade civil. Só os partidos de esquerda ou realmente de centro-esquerda dão prioridade a essa alteração primordial, sem a qual os partidos se mantêm e reproduzem como armas de negociação e de transação (e, quando necessário, de conciliação) entre os mais iguais, aqueles que são polidos e civilizados em uma sociedade civil entregue à barbárie.

Esta discussão é insuficiente para esclarecer todo o quadro histórico em que está inserida a obstrução das prerrogativas do Legislativo. Este se anula porque os próprios políticos profissionais cultivam uma concepção retrógrada da representação e, mal ou bem, retiram vantagens essenciais do gigantismo do Executivo. Agora, vêem-se impelidos a mudar seu horizonte cultural e seu comportamento político, pelas pressões que procedem dos de baixo e porque certos dispositivos constitucionais acabarão impondo modificações inevitáveis (lentas, que sejam, por uma sabotagem visível, mas imperativas a médio e a largo prazos). A resistência à mudança recorre a mil artifícios. Mas, a "nova República" esfaleceu-se e é mais fácil manejá-la tutela militar por outros meios, que recompondo esse regime desprezado e repelido (sequer chega a ser odiado: ninguém o quer, pura e simplesmente, inclusive seus paladinos civis e militares...)! A linha de menor tensão é a

que se delineia graças à renovação dos partidos. A luta de classes obriga os de cima a imitar os de baixo. Ou eles adotam outros tipos de partido ou terão, pela frente uma revolução democrática com ritmos populares crescentemente mais fortes. Eis aí a transformação mais notável da paisagem política. E o Legislativo não pode encolher-se, deixar de responder aos elementos decisivos da situação histórica nova. O leque de posições é vasto, da extrema esquerda à extrema direita. Mas a revolução dos partidos é inexorável.

Ela nasce, todavia, das pressões da sociedade civil. Infelizmente, a iniciativa não emerge do Parlamento e de uma maioria consistente de políticos profissionais. Isso pouco importa. O fundamental é que o país empurra o Legislativo no sentido de desempenhar as funções que lhe cabem em um regime presidencialista. Ao mesmo tempo, o país requer outro tipo de presidencialismo e um novo tipo de judiciário. A expectativa de mudança de baixo para cima mostra-se mais radical e insaciável que o jogo de aparências desses dois poderes. Existe uma ânsia insofrível de quebrar para sempre a espinha dorsal do uso irresponsável do Estado pelas classes dominantes e por seus aliados estrangeiros. O Legislativo é o único poder que pode corresponder com maior rapidez e eficácia a essas esperanças e inquietações. Há uma revolução democrática em marcha. O Legislativo cumprirá parte de sua parcela de responsabilidades, se exercer plenamente e sem acomodações inconfessáveis as suas tarefas em tal processo, aprofundando e acelerando-o. Se permanecer paralisado por interesses de classes e por uma tradição ultrapassada de "fazer política" às avessas, ajudará a meter algumas toneladas de explosivos nas insatisfações populares e na radicalização da revolução democrática.

